

Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu – CBHPIJ

ATA DA XI REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de 2018, às 09:30 horas, no
2 Auditório da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Campus X - Teixeira de Freitas,
3 Bahia, reuniram-se em plenária membros do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios
4 Peruípe, Itanhém e Jucuruçu – CBHPIJ, presentes na Plenária Acrícia Costa Santos –
5 Prefeitura de Itamaraju, Alisson Alochio Pedrotti – FIEB, Ana Odalia Vieira Sena –
6 UNEB Campus X, Benevaldo Guilherme Nunes – Inema, Carlos Mendes J. da Silva –
7 Prefeitura de Prado, David Simões Soares – Fórum de Desenvolvimento Sustentável
8 de Caravelas, Jaciária Silva dos Santos – Hadequar Engenharia, Jessica Almeida,
9 Jorge – Prefeitura Municipal de Ibirapuã, João Batista Lopes da Silva – UFSB, João
10 de Souza Esteves – Sindicato Rural de Produtores de Itamaraju, Luiz Lúcio Mendonça
11 Filho – Agro Unione Ltda., Marco Emilio Dutra Britto - EMBASA, Reinaldo Vieira dos
12 Santos – Sindicato dos Trab. Rurais de Itanhém e Vereda, Rosalvo de Oliveira Junior
13 – Secretaria de Meio Ambiente Estadual, Thiago Mares – Prefeitura Municipal de
14 Alcobaça, como representantes dos segmentos SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA,
15 PODER PÚBLICO E USUÁRIOS, se fizeram presentes como convidados Ailton de
16 Oliveira Junior – FUNPAJ, Aluizio Mendes da Silva – UFSB, Bianca Porcino – UFSB,
17 Charles Castro – TIES, Cimar Henrique Nascimento Vieira – UFSB, Daniel Fontes do
18 Nascimento – UFSB, Diogo Jahel – ADAB/ABAF, Emilly da Silva Farias – UFSB,
19 Heitor Oliva – SUZANO, Ingrid Cordeiro dos Santos – UFSB, João Luiz Monti –
20 Fundação Padre José, Luana Alves Nascimento – DMAI, Miro França –
21 Assentamento Bela Manhã, Natalia T. Magalhães – Agro Unione Ltda., Pamela
22 Cristina gomes Rosário – UFSB, Patricia Alves N. C. Reis – INEMA/UR Extremo Sul,
23 Paulo Roberto O. de Andrade – ADAB/ABAF, Rob Roy S. Pontes – INEMA/CODIS,
24 Weliton Alves Gabriel – UFSB, Whilzilene Gonçalves – SUZANO. A plenária foi
25 coordenada por Ana Odalia Vieira Sena, que procedeu início aos trabalhos dando
26 agradecendo o empenho e participação dos presentes. A Presidente deu por
27 instalada à reunião e fez a leitura da ordem do dia, constante na convocação, neste
28 teor sobre a seguinte pauta: 1 – Leitura e aprovação da ata anterior; 2 – Apresentação

29 da portaria de Inquérito Civil da Promotoria Regional Ambiental, Dr. Fábio Fernandes
30 sobre o Plano de Bacia e estruturação do CBH-PIJ, expondo ainda por Ana Odália a
31 questão do kit que se encontra em Eunápolis e não houve por parte do Inema
32 resposta sobre a possível transferência, foi procedida a leitura da ata do ministério
33 público com a coordenação do CBHPIJ em 19/10/2018, dando ciência ao que trata a
34 análise do referido inquérito, no sentido de identificação dos rios do CBHPIJ esclarece
35 Rosalvo representante da SEMA/Salvador, que no caso de bacias federais prescinde
36 de planejamento quanto a regionalização dos rios federais em decorrência da gestão
37 pelos dois Estados, João Luiz Monti destaca que não prescinde de esperar a Agencia
38 Nacional de Águas (ANA) assumir a responsabilidade pelo comitê e sim que o comitê
39 veja o seu papel, Patrícia Reis do Inema da Unidade Regional do Extremo Sul
40 esclarece que todos os bens estão sob a guarda da UR e não tem ainda uma
41 referência administrativa para transferência dos mesmos, David alerta da necessidade
42 do Inema identificar locais para serem responsáveis por receberem os kit, Reinaldo
43 completa que este comitê discutiu que um dos locais destacados para que sejam
44 enviados o kit foi a Fundação José Koopmans, atenta ainda a necessidade de
45 convocação do Estado e da Agencia Nacional de Águas (ANA) urgente para
46 promoção de um debate, Charles aborda que em relação aos materiais doados pelo
47 Inema que o comitê pode utilizar o espaço do território, respondendo a João Luiz
48 Monti aborda ainda Rosalvo que é imprescindível a Agencia Nacional de Águas
49 (ANA), devido ao envolvimento necessário ao tratar de ações interestaduais e que os
50 planos são ferramentas e que pode executar a cobrança em detrimento do uso,
51 independentemente da existência do plano, promovendo uma reunião entre Bahia,
52 Minas e CBHPIJ; 3 – Conflito Comunidade Volta Miúda e Suzano Papel e Celulose,
53 sendo apresentado por Miro França, a dificuldade que passa a Comunidade Bela
54 Manhã, no sentido de identificar urgentemente estes impactos, João Luiz Monti
55 esclarece que a comunidade vem padecendo com a captação de água da empresa na
56 comunidade de Volta Miúda, alerta da morosidade de resposta aos anseios da
57 comunidade, que sofrem com um interdito proibitório não podendo denunciar os fatos
58 frente aos órgãos, Heitor da Suzano se defende esclarecendo que o interdito não
59 impede a fala e sim a acusação infundada, Ana Odalia esclarece que este comitê tem

60 o papel de mediador de conflitos e prescinde de apresentação de provas e denúncias,
61 aponta Patrícia que as únicas denúncias que chegaram foi pertinente a pulverização
62 aérea e que não há regulamentação para tal atividade, assim poderá ser construída
63 ações conjuntas com a possibilidade de atacar de fato o problema, Alisson informa
64 que as empresas de celulose estão abertas a prestar qualquer informação sobre as
65 atividades de campo, disponibilizando desde já aos órgãos competentes; 4 –
66 Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) Influencia da alteração do
67 uso e ocupação do solo na disponibilidade hídrica das bacias do Rios Peruípe,
68 Itanhém e Jucuruçu por Emilly da Silva Farias – UFSB, assessorada pelo Professor
69 João Batista da UFSB, sendo o mesmo muito rico de informações e que coadunam
70 com o propósito do Comitê, após a apresentação ocorram indagações a acerca do
71 uso das imagens e observações do balanço hídrico, foi respondido que as imagens
72 mais antigas foram usadas como base geral e ficou o indicativo por membros do
73 comitê para estabelecer o balanço hídrico como observação para as próximas
74 pesquisas; 5 – Rosalvo da sema apresentou o Gerenciamento Costeiro da Bahia –
75 GERCO, destacando as nuances e necessidades urgentes do envolvimento do comitê
76 no protagonismo da construção dos planos municipais de gerenciamento costeiro,
77 destaca que Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC) - a Lei Estadual de
78 Gerenciamento Costeiro firma os objetivos, princípios gerais, instrumentos técnicos e
79 limitações quanto ao uso do território costeiro em cada Estado, incluindo assim, as
80 principais diretrizes para o gerenciamento costeiro. A Lei irá legitimar, em nível
81 estadual, a participação de todos os atores participantes do processo de
82 gerenciamento, e proporcionará sustentação legal para os instrumentos do
83 gerenciamento costeiro estadual e o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro
84 (PMGC) - é um instrumento legal e deve ser entendido como uma especificação do
85 Plano Nacional e do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, estabelecendo as
86 condições, responsabilidades e procedimentos institucionais para a implantação da
87 Política Municipal de Gerenciamento Costeiro, de acordo com a Política Municipal do
88 Meio Ambiente, no final foram distribuídos materiais informativos aos presentes; 6 –
89 Agenda 2019 será estabelecida na reunião de Prado; 7 – Câmara técnica será
90 encaminhado Ofício para CODIS e solicitação a SEMA para efetivação do

91 coordenador; 8 – Substituição de membros a ser observado para que outras
92 instituições ativas possam assumir; 9 – Informe Gerais: a) alertando quanto a
93 Distribuir nas jornadas pedagógicas das escolas o concurso da logo do CBHPIJ; b)
94 Seminário 10 e 11 de novembro Porto Seguro Pro-comitê de Bacias. Nada mais
95 havendo a tratar a Coordenadora deu sua palavra final e, agradecendo a todos,
96 encerrou a Plenária. E, eu, Benevaldo Guilherme Nunes, secretário, lavrei a presente
97 Ata, assinada por mim, pela Coordenadora.

98 